

Regra do mínimo custará R\$ 15,8 bi

DESÃO PAULO

A volta da regra de reajuste automático do salário mínimo, aprovada na quarta-feira, na Câmara, deve elevar as despesas do governo em R\$ 15,8 bilhões no ano que vem e em R\$ 30 bilhões em 2025, segundo o economista da XP Investimentos Tiago Sbardelotto.

Acordo entre o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), e a equipe econômica liberou o caminho para a votação da medida provisória, após fracassar a tentativa do governo de incluir no texto a taxa de investimentos offshore de super-ricos no exterior.

Originalmente, a MP tratava apenas do reajuste do salário mínimo para R\$ 1.320, mas, durante a tramitação na Câmara, foi acrescida da nova regra, idêntica à que vigorou até 2019 e que foi lançada em



MATHEUSTAGÉ - 18/8/20

Apenas os benefícios da Previdência Social terão impacto de R\$ 11,2 bi

2007, no segundo mandato de Lula.

A regra prevê que o mínimo será reajustado segundo a inflação medida pelo

Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IBGE) do ano anterior mais a variação do Produto Interno Bruto (PIB) de dois anos

antes. Para o piso de 2024, será levado em consideração o PIB de 2022, de 2,9%, e o INPC de janeiro a dezembro deste ano.

Sbardelotto calcula que a fórmula levará o mínimo a R\$ 1.418 em 2024 e a R\$ 1.507 em 2025, segundo suas projeções para a inflação e para o PIB. Em 2024, só com benefícios da Previdência, o impacto deve ser de mais R\$ 11,2 bilhões no Orçamento.

O restante (R\$ 4,6 bilhões) são de gastos extras com obrigações corrigidas junto com o piso, como as aposentadorias a segurados de baixa renda (BPC), seguro-desemprego e abono salarial.

O economista não calculou os efeitos sobre a Bolsa Família, ainda que o piso seja usado como base para o pagamento dos benefícios. (EC)